

Mais de 700 pessoas presentes no 13º EFA

No período do dia 5 a 8 de setembro, aconteceu a décima terceira edição do Encontro dos Fiscais Aposentados, EFA, na Colônia de Férias do Affep Sindical em Guaratuba.

O evento, que promove a confraternização e união dos aposentados e pensionistas, foi repleto de atividades, surpresas e emoções.

Já no primeiro dia de festa, os presentes assistiram a uma belíssima apresentação de dan-

ça gaúcha, encantaram-se com um fantástico show pirotécnico e ainda foram surpreendidos com uma serenata. No sábado, além das modalidades esportivas e os jogos de cartas, os recreacionistas deixaram o dia mais divertido com diversas atividades.

Além disso, esse ano uma novidade foi destaque no Encontro: a exposição de uma van de fiscalização volante que o colega e auditor fiscal da 1ª DRR, Sérgio Luiz de Oliveira Franco, le-

vou até o evento mostrando aos interessados todas as novidades e modernidades do veículo. À noite, aconteceu o baile "Uma noite em Acapulco", ambientado com uma decoração super criativa e mexicana.

No último dia da festa, além do bingo cheio de prêmios, houve a premiação dos vencedores, um show cômico com o grupo "Os tridimensionais" e o fechamento com Ricardo – teclado e voz.

Para alegria de todos do



Na animada noite de sábado, os participantes dançaram ao som da Banda Reflexo

Affep Sindical, responsáveis pela organização do evento, os participantes do Encontro, em entrevistas realizadas no evento, declararam-se absolutamente satis-

feitos e felizes com a festa: 67% consideraram o EFA 2003 "ótimo" e 33% consideraram "bom".

Confira mais sobre essa linda festa nas **págs. 8, 9 e 10.**

Affep Sindical participa de marcha em Brasília



Aproximadamente 60 mil servidores participaram da marcha contra a Reforma da Previdência em Brasília

Cerca de 60 mil servidores protestaram em defesa da Previdência Pública no dia 06 de agosto em Brasília. O Affep Sindical igualmente insatisfeito com a reforma da Previdência mobilizou cinco caravanas e levou 150 filiados para protestar.

Concentrados em frente à Catedral de Brasília na Esplanada dos Ministérios, os manifestantes marcharam até o Ministério da Previdência e o Congresso Nacional. **Pág 6**

Conheça a nova proposta de Previdência e esclareça suas dúvidas

Pág. 12

Sindicato em constantes negociações com o Secretário da Fazenda

Com o objetivo de atender as reivindicações da classe e procurando saber sobre o andamento de propostas anteriormente apresentadas, a diretoria executiva do Affep Sindical tem estado, constantemente, em contato

com o Secretário da Fazenda, Heron Arzua. Em alguns desses encontros, discutiu-se o pagamento referente ao rateio de quotas excedentes e a equiparação salarial da classe dos auditores fiscais com as demais carreiras exclusivas de Estado. **Pág. 5**



Diretoria executiva do Affep Sindical e membros do Conselho de Representantes Sindicais reúnem-se com Heron Arzua

Articulação e persistência para atingir o resultado desejado

Os últimos meses foram marcados por grandes expectativas para a classe fiscal paranaense. Em pauta, constavam a solução definitiva para o rateio anual das quotas de produtividade e as votações da reforma previdenciária no Congresso Nacional.

Muitos encontros e negociações foram realizados entre os articuladores: Sindicato, diretor

da CRE e o secretário da Fazenda.

Quando a situação parecia resolvida, após diversas estratégias definidas, sempre surgia algum empecilho que retardava o cumprimento definitivo da nossa Lei Orgânica. Reclamações e pressões vinham de todos os cantos do Estado, a maioria delas pedindo providências mais radicais para forçar o Governo do Estado a atender

o pleito da categoria.

Contudo, aqueles que estavam a par da negociação tinham a confiança de que o trabalho estava sendo desenvolvido corretamente e que era apenas uma questão de tempo para que o resultado frutificasse. Destaque para os membros do Conselho de Representantes Sindicais do Affep Sindical, os quais sempre que convocados estiveram presentes para

discutir e apoiar o trabalho da diretoria executiva do Sindicato, possibilitando maior respaldo na estratégia de negociação.

É importante ressaltar que, no encontro com o Governador Roberto Requião, o trabalho honesto e competente desenvolvido pelos auditores fiscais foi fundamental na argumentação utilizada pelo diretor da CRE, Luiz Carlos Vieira, e o secretário da Fazenda, Heron Arzua, para a conquista do resultado favorável à classe.

Nem só de negociação de bastidores vive o Sindicato, prova disso foi a grande mobilização do fisco paranaense na marcha em Brasília na luta contra a reforma previdenciária. O Sindicato organizou duas caravanas à capital Federal, a última com 5

ônibus totalizando 150 filiados auditores fiscais de todo o Estado. Além disso, a diretoria executiva esteve, quase que semanalmente, em articulação política com os parlamentares de todo Brasil, a fim de amenizar as consequências que a reforma prevê aos servidores públicos.

Aconteceu ainda nesse período o 13º EFA- Encontro de Fiscais Aposentados- que congregou mais de 700 pessoas, entre fiscais, familiares e convidados. Muita diversão e surpresas marcaram os quatro dias do evento de confraternização.

Esses resultados positivos só foram possíveis, graças à confiança depositada pelos filiados nas estratégias sindical e política da entidade.

O trabalho honesto e competente desenvolvido pelos auditores fiscais foi fundamental na argumentação utilizada pelo diretor da CRE

Secretaria de Estado da Fazenda Procuradoria Geral da Justiça

Norma Conjunta nº 01/2003 – SEFA/MP

O secretário de Estado da Fazenda e a Procuradoria - Geral de Justiça do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista a necessidade de regulamentar e ampliar as ações conjuntas direcionadas ao combate dos crimes contra a Ordem Tributária, resolvem firmar a seguinte Norma Conjunta:

1. A Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, pela Coordenação da Receita do Estado – CRE, e o Ministério Público do Estado do Paraná – MP, pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais e de Controle Externo da Atividade Policial – Núcleo de Combate à Sonegação Fiscal – incrementarão e ampliarão as ações conjuntas com vistas ao combate à evasão fiscal, especialmente quanto à persecução dos crimes contra a Ordem Tributária no Estado do Paraná.

2. A Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná visando atender de maneira mais eficaz e de forma descentralizada as ações do Ministério Público no interior do Estado constituirá núcleos regionais de trabalho nas comarcas de entrância final nas cidades de Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu para implementar ações conjuntas com a Secretaria da Fazenda, através da Coordenação da Receita do Estado – CRE no combate à sonegação fiscal e na defesa da Ordem Tributária.

3. A estrutura do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais e o Núcleo de Trabalho dos Promotores de Justiça

que atuam no combate à sonegação fiscal na sede da Secretaria de Fazenda serão ampliados e passarão a prestar apoio aos demais Promotores de Justiça nos Núcleos Regionais recentemente citados.

4. A Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, pela Coordenação da Receita do Estado – CRE, compromete-se a viabilizar a cessão de espaços físicos nas sedes das Delegacias Regionais da Receita de Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel e Agência de Rendas de Foz do Iguaçu para a instalação dos respectivos Núcleos de trabalho de combate à sonegação fiscal constituídos por um (01) Promotor de Justiça e 01 (um) servidor ou estagiário do quadro do MP para apoio em cada núcleo regional e 01 (um) auditor fiscal disponibilizado pela Coordenação da Receita do estado – CRE, para atuar no assessoramento técnico junto ao núcleo regional, quando necessário.

5. A Coordenação da Receita do Estado – CRE colocará à disposição do Ministério Público, por intermédio dos Promotores de Justiça designados pela Procuradoria Geral de Justiça, para atuarem no combate à sonegação fiscal e na defesa da Ordem Tributária, na capital e nos núcleos de trabalho no interior do Estado, nas sedes da Secretaria de Fazenda e nas Delegacias Regionais da Receita de Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Cascavel, acesso por meio eletrônico, ao sistema FOLIO (consulta à legislação tributária), FIR (consulta sobre conta – corrente fiscal e créditos tributários de contribuintes), PAF (consulta ao banco de informações sobre autos de infração lavrados) e IVA (consulta ao banco de informações sobre o cadastro

e recolhimento do IPVA).

5.1. A Coordenação da Receita do Estado – CRE fornecerá ao Ministério Público relatório mensal dos Processos Administrativos Fiscais lavrados no período, classificados por penalidade, em ordem decrescente de valores.

5.1.1 Após constituídos e consolidados os Núcleos Regionais, tais relatórios deverão ser encaminhados diretamente aos agentes ministeriais em exercício nos referidos Núcleos, respeitado o âmbito territorial de atribuição de cada um.

5.2. O Ministério Público- MP selecionará, das informações disponibilizadas, os procedimentos que representem, em tese, crimes contra a Ordem Tributária (Lei Federal nº 8.137/90), requisitando ao diretor da Receita Estadual como medida derradeira de recuperação, antes do encaminhamento ao Ministério público para o início das ações penais pertinentes, especialmente, na hipótese em que se configurar crime contra a Ordem Tributária, assim capitulados na legislação vigente.

8. O Ministério Público – MP encaminhará semestralmente à Coordenação da Receita do Estado- CRE informações sobre o desfecho dos procedimentos efetuados.

9. Esta Norma Conjunta entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos por tempo indeterminado, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba/PR, 25 de agosto de 2003

Heron Arzua
Maria Tereza Uille Gomes
Secretaria de Estado da Fazenda
Procuradora – Geral de Justiça

EXPEDIENTE NOTIFISCO

ÓRGÃO INFORMATIVO DO AFFEP-SINDICAL - SINDICATO DOS AGENTES FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

Sede: Rua Alferes Angelo Sampaio, 1793 - CEP 80420-160 - Curitiba-PR
Fone: (41) 221-5300 - Fax (41) 222-2401

E-mail: affep@affepsindical.com.br - Home page: www.affepsindical.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Yukiharu Hamada

Vice-Presidente Sindical

Mauro Ferreira Dal Bianco

Vice-Presidente de Administração

Alair Teresinha de Souza Favoreto

Vice-Presidente de Finanças

Irena Milkowska

Vice-Presidente de Inativos e Pensionistas

Elisabete Maria Rüsche

Suplentes

Dulcinéa Aparecida Wendt

Sandro Celso Ferrari

Luiz Carlos Vieira

Conselho de representantes sindicais

Luiz Alves de Oliveira (aposentado), João Ney Marçal (aposentado), José César Sorgi Pinhaz (CRE), Carlos Emil Kahali (1ª DRR), Eduardo Rover (1ª DRR), Sergio Luiz de O. Franco (1ª DRR), Paulo César da Cunha e Souza (1ª DRR), Gerson D. Lemos do Prado (3ª DRR), Paulo Fernando Hartmann (4ª DRR), Ivanês Josefi (5ª DRR), Maria Teresa Dal Bianco Negrisoni (6ª DRR), Elio Aparecido Sanzovo (8ª DRR), Fernando José dos S. Alves (8ª DRR), Helio Issamu Sato (9ª DRR), Marcos Freitas Estela (9ª DRR), Osni Vito (11ª DRR), Luiz Carlos Macóris (13ª DRR), Ciro Fernando Cvilikas (14ª DRR)

Suplentes

Luiz Ciruelos Sobrinho (aposentado), Lourival Lassere (aposentado), Miguel Antonio Ramos (aposentado), Pedro Pereira Barbosa Filho (11ª DRR), Eliseu Luiz Muraro (13ª DRR), Clarimont Trizotto (14ª DRR)

Conselho fiscal

Orlando Belin (aposentado), Pedro Sanches (9ª DRR), Lucia Mara Julin Valente (CRE), Gilson de Souza (aposentado), Plínio Luiz Faedo (aposentado)

Suplentes

Maria do Rocio Geraldi (aposentada), Gleide Ferreira Fontes Astuti (aposentada), Eloyna da Costa Riekes (aposentada)

Presidentes das Regionais

Carlos Henrique L.G. Ramos (1ª DRR), Benedito Duarte Staut Neto (3ª DRR), Wilson Rogerio Krepsz (4ª DRR), Valdir A. Kurquievicz (5ª DRR), Mauricio Dias de Moraes (6ª DRR), Ranulfo Dagmar Mendes (8ª DRR), José Carlos Endlich (9ª DRR), Arnaldo Teles Sobral (11ª DRR), Oscar Zaias Cosechen (13ª DRR), Izair Aquino Costa (14ª DRR), Odair Fernando Swarofsky (CRE)

Jornalista Responsável - Luciane Horcel - MTB 4671/-PR

Projeto Gráfico e Diagramação

Elizandra Pedrosa de Monais

Ilustrações - Symon Taylor

Fotolito e impressão

Gráfica Capital Ltda.

Classe fiscal homenageia Secretários de Estado

No dia 30 de julho em Curitiba, o Affep Sindical realizou um jantar de agradecimento aos secretários Reinhold Stephanes e Heron Arzua pelo reenquadramento constitucional dos aposentados e pensionistas na Lei Orgânica da carreira dos auditores fiscais da Receita Estadual do Paraná.

O jantar contou com a presença de mais de 450 pessoas entre elas aposentados, pensionistas e convidados. Além dos fiscais da capital, várias cidades fizeram-se presentes: Cascavel, Pato Branco, União da Vitória, Ivaiporã, Londrina, Guaratuba, Lapa, Maringá, Umuarama, Jacarezinho e Ponta Grossa.

Dando início aos pronunciamentos, a vice-presidente dos aposentados e pensionistas, Elisabete Maria Rüsche, fez um agradecimento especial a todos os que se fizeram presentes e declarou que o jantar representava a alegria contida em meses de angústia a espera de que todo esse processo terminasse da melhor forma possível. Para que isso acontecesse, Bete afirmou que o Sindicato contou com a competência e honestidade dos trabalhos do Secretário de Administração e Previdência, Reinhold Stephanes, e do Secretário da Fazenda, Heron Arzua.

O presidente do Affep Sindical, Yukiharu Hamada, declarou em seu discurso que, durante todo o processo, pediu aos filiados votos de confiança nos trabalhos da diretoria, pois sabia que as negociações estavam sendo realizadas com autoridades que sempre primaram pelo fiel cumprimento da lei e dessa forma, tinha convicção de que o resultado seria

positivo. Agradeceu aos secretários de Estado e também aproveitou para enfatizar que os auditores fiscais do Paraná esperam que a lei seja sempre cumprida.

Em seu pronunciamento, o secretário Heron Arzua comentou que o Brasil é um país atípico, onde as pessoas são homenageadas por cumprir a lei. Lembrou ainda, que é a segunda homenagem que recebe da classe fiscal dos aposentados, visto que no primeiro Governo de Roberto Requião também houve necessidade de regularizar pendências de quotas de produtividade não estendida aos aposentados.

Na seqüência, o secretário Reinhold Stephanes, bastante surpreso com o grande número de pessoas presentes no jantar, lembrou que no primeiro contato em que foi procurado pela diretoria do Sindicato afirmou que a paridade deveria ser restabelecida. Entretanto, para que o reenquadramento fosse efetivado, foi necessário que diversas análises fossem realizadas pela Secretaria de Administração e pela Procuradoria Geral do Estado até a conclusão do processo. Aproveitou para elogiar o trabalho da diretoria do Sindicato que com persistência e paciência soube encontrar o melhor caminho para a solução do problema.

Por fim, em nome dos aposentados e pensionistas, o filiado José Laudelino Azolin destacou o trabalho realizado, de forma eficiente e eficaz, pela diretoria do Affep Sindical, o qual resultou na conquista. Elogiou o secretário Reinhold Stephanes pela seriedade e competência que vem conduzindo a Secretaria de Administração e Previdência e salientou que o Governo do Para-



Secretário da Fazenda, Heron Arzua, e Secretário da Previdência e Administração, Reinhold Stephanes, recebem homenagem

ná está bem representado na Secretaria da Fazenda, pois conta com o profissional renomado na carreira jurídico-tributária, Heron Arzua, que já ocupou esse mesmo cargo anteriormente, com igual honestidade e notório saber.



Vendinha do fisco tem aceitação unânime

No período do dia 13 a 18 de julho, o Estado do Paraná, juntamente com outros Estados, participou da 55ª Reunião Anual do SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Recife/PE.

Na ocasião, a Receita Estadual do Paraná apresentou o Programa Nacional de Educação Fiscal, PNEF, e divulgou o Projeto Vendinha do Fisco que de forma interativa dissemina a educação fiscal e conscientiza os cidadãos sobre a função socioeconômica do tributo e a importância do acompanhamento da aplicação dos recursos públicos.

O projeto de iniciativa do Paraná, que consiste na simulação de um comércio, com preenchimento de no-



Auditores fiscais e o diretor da CRE apresentam Vendinha do Fisco em Recife

tas fiscais, cálculo de imposto e guias de recolhimento, foi muito aplaudido, tendo aceitação unânime.

O evento contou com a

participação de professores, alunos, servidores públicos e autoridades em geral, incluindo o diretor da CRE, Luiz Carlos Vieira.

Comissão estuda reforma do estatuto

A Comissão da Reforma do Estatuto do Affep Sindical esteve reunida, no prédio da SEFA, nos dias 18 e 19 de setembro e 16 e 17 de outubro, para analisar e propor atualização no estatuto do Sindicato. Aprovada na reunião do Conselho de Representantes Sindicais, CRS, do dia 18 de agosto, a Comissão composta pelos membros: Yukiharu Hamada, Alair Terezinha de Souza Favoreto, Mauro Ferreira Dal Bianco, Fernando José dos Santos

Alves, Elio Aparecido Sanzovo, João Ney Marçal e José César S. Pinhaz, a qual está sendo assessorada pela advogada do Sindicato, Renata Toesca, tem o prazo para apresentação da primeira minuta até a próxima reunião do CRS, que deverá acontecer no mês de novembro.

O principal objetivo de alteração é o de adequar o estatuto à nova categoria dos auditores fiscais da Receita Estadual, aprovada pela lei complementar nº 92/02. Entre as principais propostas, estão: mudança da razão so-

cial, regras detalhadas da eleição e a alíquota de contribuição dos filiados.

O presidente do Sindicato, Yukiharu Hamada, acredita que para atender, efetivamente, aos interesses da categoria fiscal, a minuta deverá ser encaminhada aos filiados para análise, discussão nas regionais sindicais, as quais formulariam uma única proposta por regional a ser repassada à Comissão. Segundo Hamada, a Comissão pretende aprovar o novo estatuto, em Assembleia Geral Extraordinária, até o final deste ano.



Reunida, a comissão analisa a atualização do estatuto do Sindicato

Recursos das vendas dos imóveis são repassados para as associações regionais

No dia 12 de julho deste ano, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária com a presença de 117 filiados para definir a deliberação da destinação dos valores provenientes das vendas dos imóveis do Sindicato: Casa do Safite e Chácara Barreirinha.

Inicialmente, o presidente do Affep Sindical, Yukiharu Hamada, fez uma breve exposição da situação financeira do Sindicato, explicando que a entidade encontra-se numa situação operacionalmente estável. Hamada mostrou os valores atualizados obtidos com as vendas desses imóveis, sendo: R\$ 219.976,37 (Casa do Safite) e R\$ 245.022,37 (Chácara Barreirinha), totalizando R\$ 464.998,74.

O presidente alertou a plenária que, sem o uso dessas verbas, o Sindicato não terá recursos para investi-

mentos em novos imóveis.

Aberta a discussão, o representante da Regional Curitiba, Fernandes dos Santos, informou em seu pronunciamento que a 1ª DRR, através de arrecadação própria, adquiriu há mais de 3 anos um terreno na Região Metropolitana de Curitiba, o qual conta com um pequeno salão social, campos de futebol, quadra de tênis

e parques infantis para uso de todos os filiados do Affep Sindical. Informou ainda, que a regional planeja melhorar as instalações e ampliar a infra-estrutura existente. Assim propôs à plenária que os recursos fossem distribuídos da seguinte forma: Casa do Safite, distribuir proporcionalmente ao número de filiados ativos de cada regional; Chácara Bar-

reirinha, distribuir proporcionalmente ao número de total de filiados ativos, aposentados e pensionistas de cada regional.

Entre outras propostas, Lourival Lasserre e Dulcinéia Wendt sugeriram que o valor integral da Casa do Safite fosse destinado ao

Sindicato para uma possível aquisição ou construção de uma nova sede para a entidade.

Após debaterem por mais de duas horas, a plenária aprovou por maioria a proposta defendida pelo representante da Regional Curitiba.



Assembleia Geral Extraordinária define destinação de recursos

NOTA DE FALECIMENTO

Itacir Morelato	Dois Vizinhos	01/06/2003
Moacir Olegario Appel	Bal. Camboriú	13/06/2003
Leonilda Sponholz De Araujo	Curitiba	03/07/2003
Arcenio Gomes Martins	Curitiba	12/07/2003
Eduardo Gusmao Dos Anjos	Londrina	21/07/2003
Eloi Paim Boeira	Curitiba	27/07/2003
Thereza De Lourdes França	Curitiba	03/08/2003
Humberto Segalla	Curitiba	12/08/2003
Calvy Tavares Sant'anna	Curitiba	17/08/2003
Ayrton Jaquetti	Astorga	20/08/2003
Joao Stonoga	Guarua	26/08/2003
Jose Goncalves Pereira Neto	Antonina	27/08/2003
Oscar Edison Pedroso	Itapoã	03/09/2003
Dirce Genol Da Rocha	Curitiba	11/09/2003
Rosicler Rupprecht Dias	Antonina	15/09/2003
Antonio Aparecido Martins	Londrina	18/09/2003
Maria Aparecida De Almeida	Londrina	18/09/2003
Osmar Bassani	Curitiba	11/10/2003

Sindicato em constantes negociações com o Secretário da Fazenda

Por diversas vezes, a diretoria do Sindicato esteve reunida com o Secretário da Fazenda, Heron Arzua, para negociar as reivindicações da classe e obter informações sobre os andamentos das propostas apresentadas em conjunto pelo Sindicato e diretor da CRE, Luiz Carlos Vieira.

No dia 7 de outubro, o Secretário da Fazenda informou que articulou uma reunião entre o Governador, Roberto Requião e o diretor da CRE, Luiz Carlos Vieira, para a segunda quinzena deste mês, para tratar, definitivamente, da implementação do rateio anual das quotas de produtividade e equiparação salarial com as demais carreiras exclusivas de Estado.

O Sindicato está confiante na negociação, pois em diversas conversas com o diretor da CRE, este demonstrou determinação e segurança nos seus argumentos a serem apresentados ao Governador. Vieira tem a seu favor o constante aumento da arrecadação, com quebra de recorde no mês de setembro, a qual superou a marca de R\$ 600 milhões/mês.

Parte desse aumento deve-se ao trabalho sério e honesto desenvolvido pelos auditores fiscais no combate a sonegação de impostos, principalmente, no setor de combustíveis. Além disso, os processos receberam pareceres favoráveis dos diversos setores da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado, a qual entendeu que o rateio de quotas excedentes deve ser feito entre aqueles que contribuíram para sua formação, já as quotas por esforço de arre-

cação deverão ser estendidas aos aposentados e pensionistas.

Breve Histórico

Para se chegar até este acontecimento, muitas articulações e encontros foram realizados com o Secretário, confira alguns deles:

No dia 18 de agosto, a diretoria executiva do Affep Sindical reuniu-se com o Conselho de Representantes Sindicais e decidiu invocar audiência com o secretário da Fazenda para cobrar informações sobre o pagamento do rateio anual das quotas de produtividade e equiparação salarial com as demais carreiras exclusivas de Estado. Naquela data, o secretário explicou que não poderia receber todos os conselheiros por estar com uma viagem marcada para Brasília. Assim, recebeu o diretor da CRE, Luiz Carlos Vieira, o presidente do Affep

Sindical, Yukiharu Hamada, e o vice-presidente sindical, Mauro Ferreira Dal Bianco.

No encontro, Arzua disse que diante do fato de que alguns aposentados e pensionistas também solicitaram o pagamento referente ao rateio de quotas, ele, para resolver o impasse, enviou o processo para a Procuradoria e está aguardando o pronunciamento desse órgão para saber se deve ou não efetuar o pagamento. Informou ainda, que encaminhou à Procuradoria o requerimento de alguns filiados do Affep Sindical para que as quotas de esforço de arrecadação fossem estendidas aos aposentados e pensionistas.

Para tratar dessas questões com mais detalhes e possibilitar que os conselheiros participassem da discussão, o Secretário da Fazenda, Heron Arzua, agendou no dia 22 de agos-

to, outra reunião da diretoria executiva do Sindicato e conselheiros, em seu gabinete.

Nesse segundo encontro, o secretário da Fazenda, Heron Arzua, recebeu em seu gabinete o diretor da CRE, Luiz Carlos Vieira, toda a diretoria do Sindicato e alguns integrantes do Conselho de Representantes Sindicais.

Na reunião, Hamada expôs a reivindicação salarial da classe e argumentou que

os auditores fiscais, mesmo sendo classe de nível superior, recebem metade do salário das demais carreiras exclusivas de Estado como os procuradores e os delegados de polícia. Além disso, tem um dos menores salários se comparados aos fiscais dos demais Estados brasileiros. Na oportunidade, uma proposta de reivindicação salarial, elaborada em conjunto com a direção da CRE, foi apresentada ao Secretário.



Heron Arzua recebe diretoria do Sindicato e membros do CRS

Governador Requião reúne-se com o secretário da Fazenda e a direção da CRE

O governador Roberto Requião, no dia 21 de outubro, recebeu o

secretário da Fazenda, Heron Arzua, e o diretor da CRE, Luiz Carlos Vieira, acompanhado do Inspetor

Geral de Fiscalização, Hermínio Amaral Schroeder, e do delegado da 1ª DRR, José Abel Brina Olivo, para uma audiência no Palácio Iguazu.

O encontro foi marcado com o objetivo de resolver, definitivamente, as pendências legais referentes à carreira dos auditores fiscais, além de tratar dos assuntos gerais do Fisco do Paraná.

Em conversa com o presidente do Sindicato, o diretor da CRE, Vieira informou que o governador encontra-se bem informado

sobre os trabalhos desenvolvidos pelos auditores fiscais, inclusive com relação à conduta pessoal da classe. Com uma recepção bastante amistosa, puderam conversar sobre a situação atual da categoria e suas pretensões, inclusive com a autorização formal para o cumprimento da nossa Lei orgânica. O governador pediu a todos os presentes que mantenham a postura profissional atualmente adotada na Secretaria da Fazenda, em especial na Coordenação da Receita do Estado.



Audiência com o governador Roberto Requião no Palácio Iguazu

Participantes do seminário internacional repassam informações sobre o fisco alemão

No período de 3 a 13 de outubro, os auditores fiscais da Receita Estadual do Paraná, Luiz Carlos Vieira, Diretor da CRE, Homero de Arruda Córdova, Inspetor Geral de Tributação e Hermínio Amaral Schroeder, Inspetor Geral de Fiscalização, participaram de um Seminário Internacional na Alemanha com o objetivo de adquirir conhecimento sobre o sistema tributário alemão.

No dia 24 de outubro, o diretor da CRE convidou os auditores fiscais e a diretoria executiva do Sindicato para assistirem a uma palestra, no auditório da SEFA, onde os participantes do Seminário abordaram suas impressões sobre a viagem e conhecimentos adquiridos nas instituições e organizações alemãs.

Inicialmente, Vieira agradeceu a presença do secretário da Fazenda, Heron Arzua, do presidente do Affep Sindical, Yukiharu Hamada e dos demais auditores fiscais. Salientou que a participação no Seminário se deu graças ao apoio do secretário da Fazenda, que autorizou a ida dos representantes do fisco paranaense. Na seqüência, passou a palavra aos demais integrantes da viagem.

O auditor fiscal Arruda, abordando as questões mais técnicas relativas às leis, cobrança de impostos, e alíquotas, informou que o IVA é tributo federal com legislação única. Contudo, a organização da Federação é de tal ordem que não se consegue aprovar nada sem o consenso dos Estados. Informou ainda, que o IVA obedece ao princípio da origem, onde o Estado produtor fiscaliza e arrecada, formando um fundo que é distribuído pelo Governo Central, similar ao Fundo de Participação existente no Brasil. Arruda completou ainda, que o PIB alemão é da ordem de 2 trilhões de Euro.

Dentro desse mesmo aspecto, Hermínio informou que a cultura alemã é baseada na confiança, onde os próprios contribuintes declaram o que devem pagar ao Estado. Cada fiscal tem sob a sua responsabilidade um grupo de 1.000 empresas ou pessoas que devem ser acom-

panhadas e fiscalizadas. Além disso, afirmou que o pensamento alemão é da preferência de que é melhor pagar tributo do que ter a incidência de uma nova guerra. Contudo, salientou que após a abertura das fronteiras, a sonegação já começa a ser uma das preocupações daquele fisco, pois os dados estatísticos demonstram uma elevação na sonegação fiscal.

Concordando com as impressões dos palestrantes anteriores, Vieira acrescentou outras informações interessantes, salientou de quanto exigente é a formação de um servidor público e deu destaque à estrutura admirável da Academia Federal de Finanças, que oferece treinamento para todos os funcionários públicos. Finalizando, contou alguns momentos vividos na viagem e afirmou que o fisco alemão, com cerca de 4.000 fiscais em cada Estado, dá prioridade para a preparação do fiscal e esse trabalha com seriedade e máxima organização. Destacou ainda, que a



Palestrantes falam sobre o funcionamento do fisco na Alemanha

previdência social é custeada pelo Estado, e que o servidor deve escolher entre a assistência médica estatal e a privada, sendo que a qualidade das duas é bastante semelhante.

Antes do encerramento das palestras, o presidente do Affep Sindical, Yukiharu Hamada, pediu a palavra para, publicamente, agradecer o empenho do secretário da Fazenda e do diretor da CRE na resolução de parte das



Diretor da CRE e auditores fiscais participam de Seminário Internacional na Alemanha

reivindicações da classe fiscal. Aproveitando a palavra confiança, a mais citada no dia, proferiu seu discurso dizendo que a confiança depositada nos responsáveis pela negociação foi fundamental para que se alcançasse o

resultado positivo. Salientou ainda, que acredita que o trabalho sério, competente e honesto dos auditores fiscais foi um importante argumento utilizado na reunião com o governador Roberto Requião.

Affep Sindical presente na marcha em Brasília

No dia 6 de agosto em Brasília, aconteceu a marcha nacional contra a aprovação da PEC 40. Concentrados em frente à Catedral de Brasília, na Esplanada dos Ministérios, cerca de 60 mil servidores protestaram em defesa da Previdência Pública, marchando até o Ministério da Previdência e o Congresso Nacional.

O Sindicato dos Agentes Fiscais da Receita Estadual do

Paraná, Affep Sindical, organizou a ida de 150 filiados em 5 caravanas que saíram de Curitiba (2 ônibus), Ponta Grossa, Pato Branco e Maringá, marcando presença na mobilização e demonstrando a insatisfação da categoria com a proposta de reforma previdenciária do Governo Lula. Portando várias faixas com dizeres de protestos contra a reforma, os manifestantes se concentraram em frente ao Palácio do Planalto.

Para maior indignação dos manifestantes, os deputados federais, tendo conhecimento da marcha, anteciparam a votação em plenário para a noite anterior à manifestação. Após seis horas de sessão, infelizmente, o Governo conseguiu votos suficientes na Câmara dos deputados para manter a taxa dos servidores inativos na Reforma da Previdência. Foram 326 votos a favor, 163 contra e uma abstenção, num total de 490 deputados. Uma aprovação um

tanto quanto "apertada", já que para a aprovação eram necessários no mínimo 308 votos.

Os deputados aprovaram também a emenda aglutinativa (grupo de destaque) que limita em até 90,25% da remuneração dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), o salário dos magistrados nos Estados e abrange o mesmo percentual para os integrantes da Procuradoria e da Defensoria Pública.



Cerca de 60 mil servidores protestaram contra a Reforma da Previdência

Participação das demais entidades e parlamentares

Além dos fiscais estaduais do Brasil, coordenados pela Fenafisco, a marcha contou ainda com a participação de representantes dos fiscos federal e municipal, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário e do Ministério Público da União (Fenajufe), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), entre outros.

Subteto único nos Estados

A proposta original do Governo previa um único teto de vencimentos para os servidores de cada um dos entes da Federação. Entretanto, o texto aprovado em primeiro turno na Câmara, embora tenha sido consagrado um único teto para os servidores da União vinculado ao subsídio de Ministro do STF e um para os dos Municípios vinculados ao subsídio do prefeito, foi estabelecido para os estados e Distrito Federal três tetos, de regra, um para cada poder.

No Executivo, haveria dois: um para os defensores e procuradores, igual ao do poder Judiciário, e outro para os demais servidores, com base no subsídio do governador. Deste modo, a emenda afasta-se do princípio estabelecido na proposta original.

Procurando evitar que as demais carreiras de Estado fossem prejudicadas, a diretoria executiva do Affep Sindical juntamente com os demais dirigentes dos sindicatos dos fiscos estaduais estiveram em Brasília articulando junto aos parlamenta-

res a aprovação de um subteto único nos Estados, vinculando-o ao subsídio do desembargador do Tribunal de Justiça, através do destaque de Votação em Separado, DVS, que foi apresentado pela bancada do PDT. Porém, infelizmente, antes da votação do mérito, a Mesa Diretora da Câmara rejeitou o único destaque de bancada que havia sido apresentado ao segundo turno da reforma previdenciária. De acordo com o presidente da Casa, João Paulo Cunha (PT-SP), o destaque apresentado pelo PDT pretendia alterar o texto, sendo que nessa fase da tramitação só são permitidas alterações supressivas (que retirem trechos da proposta). A Mesa se baseou numa decisão semelhante tomada em 1996 pelo ex-presidente da Câmara, Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), morto em 98. Ao anunciar a decisão, o presidente da Casa, disse que o motivo da rejeição era regimental. O PDT recorreu da decisão da Mesa por meio de um recurso apresentado pelo líder do partido, deputado Neiva Morera. O presidente da Câmara submeteu o recurso ao plenário. E, lamentavelmente, em votação por aclamação, os deputados rejeitaram a apelação do partido.

A opinião mais contun-



Sindicato procura apoio do senador Osmar Dias

dente sobre o tema foi dada pelo próprio líder do partido no Senado, Renan Calheiros (AL), durante a votação dos destaques ao relatório da proposta de reforma da Previdência, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), no último dia 7 de outubro. "A bancada do PMDB assumiu compromisso formal com relação à necessidade de estabelecermos um teto único nos Estados para não prejudicar carreiras de Estado ou até mesmo de elevarmos obrigatoriamente o que ganha o Governador, até o nível do que percebe um desembargador, exatamente para não desestimular essas carreiras", afirmou o parlamentar. Porém, assim como todas as outras emendas apresentadas ao relatório da reforma da Previdência na

CCJC, a unificação do subteto estadual também foi rejeitada na Comissão.

Os governadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, Germano Rigotto e Luiz Henrique, ambos do PMDB, defendem publicamente a unificação dos subtetos estaduais pelo salário dos desembargadores dos Tribunais de Justiça. Isso porque os salários dos chefes do Executivo nos dois Estados estão muito abaixo da média dos outros Estados. Rigotto esteve com o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, em Brasília, na terça-feira, dia 13, para pedir a unificação do subteto pelo salário do Judiciário estadual.

Durante a reunião da CCJC, no dia 7, outros parlamentares de oposição, como os senadores Álvaro Dias

(PSDB-PR) e Jefferson Péres (PDT-AM), também manifestaram-se pela unificação do subteto estadual. Dias chegou a afirmar que irá apresentar uma emenda em Plenário estabelecendo a unificação do subteto.

PEC Paralela

No dia 10 de outubro, o senador Tião Viana (PT/AC) apresentou o texto de nova PEC, que seria aprovada no Senado e enviada à Câmara, como parte do acordo que possibilitaria a aprovação integral da PEC 67/2003. A tramitação da PEC paralela e as alterações nela apresentadas são os maiores pontos de polêmica no Senado quanto à Reforma da Previdência. O PFL argumenta que existe parecer do ex-presidente da Câmara, Michel Temer, de "puxar" de volta para as mãos dos deputados apenas as emendas que forem aprovadas na reforma e promulgar o restante que foi aprovado sem alterações tão logo o segundo turno no Senado fosse encerrado. O relator Tião Viana, no entanto, contra-argumenta que a proposta dos pefelistas é inconstitucional e que a única maneira de tramitar as mudanças com agilidade é por meio da PEC paralela.

O texto cuida, basicamente, de quatro pontos, conforme segue:

I. Faculta ao Poder Executivo dos Estados, Municípios e do Distrito Federal estabelecer, mediante lei de sua iniciativa a ser apresentada em até 60 dias contados da promulgação desta emenda, como subteto remuneratório máximo o subsídio dos desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça.

II. Concede isenção total ou parcial, na forma da lei, de contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadoria e as pensões de portadores de doenças incapacitante, até o limite de R\$ 4.800,00.

III. Prevê, na forma da lei, recenseamento previdenciário de todos os aposentados e pensionistas do RGPS.

IV. Dar mais objetividade ao regime especial de inclusão previdenciária para permitir que de fato estenda-se o amparo da previdência social.



Vice-presidente sindical em articulação com Paulo Paim

13º EFA é pura diversão

Reinindo familiares, amigos e antigos colegas de trabalho, no período do dia 5 a 8 de setembro, aconteceu o 13º Encontro dos Fiscais Aposentados, EFA, promovido pelo Affep Sindical – Sindicato dos Agentes Fiscais da Receita Estadual do Paraná, que contou com a presença de mais de 700 pessoas na Colônia de Férias, em Guaratuba. A abertura oficial do evento aconteceu na sexta-feira à noite com a presença da diretoria executiva do Sindicato, do presidente do Conselho de Representantes Sindicais, Luiz Carlos Macóris, do presidente da Associação dos Fiscais de Santa Catarina, Paulo Dell'Antonio e representando o Secretário da Administração e Previdência, Alessandra Serighelli. Iniciou-se a abertura com o Hino Nacional, se-

guido de uma oração feita pela vice-presidente de administração, Alair Favoreto. Na seqüência, a vice-presidente de aposentados e pensionistas, Elisabete Maria Rüsche, deu as boas vindas a todos os participantes. O discurso final coube ao presidente Yukiharu Hamada, que agradeceu a presença de todos e ressaltou a confiança depositada pelos aposentados na diretoria executiva para a solução do reenquadramento na carreira de auditor fiscal. Destacou a importância do evento para a classe fiscal, principalmente, como forma de confraternização e oportunidade de rever velhos amigos em uma festa feita especialmente aos aposentados e pensionistas filiados ao Affep Sindical.

Atração noturna

A animação da noite ficou por conta da apresentação do Grupo Folclórico Gaúcho, CTG Querência,



Apresentação do Grupo Folclórico Gaúcho, CTG Querência



Recreacionistas envolvem adultos e crianças na "Cooperomania"



Solenidade de abertura do décimo terceiro EFA

do Clube Santa Mônica, de Curitiba. Os jovens, campeões brasileiros e paranaenses de inverno artística, deram um verdadeiro espetáculo de dança típica gaúcha. Já felizes com a apresentação, os participantes foram surpreendidos com um belíssimo show pirotécnico, a novidade desse ano. De volta à tenda, entusiasmados com a apresentação, todos os presentes se animaram em arriscar alguns passinhos na pista de dança. Mas, ainda não era o fim da noite e das surpresas, quando todos já haviam se recolhido aos seus aposentos, uma romântica serenata foi realizada nas janelas, ao som de violão e acordeão. Um momento mágico e de muita emoção.

No dia seguinte, começaram as modalidades esportivas e de jogos de cartas, como: escopa, dominó, truco, tranca, malha, bocha, sinuca e futebol. Para aqueles que não queriam participar dos jogos, os recreacionistas ofertaram diversas opções: oficinas de pintura em gesso, decoração de biscoito em vidros, aulas de axé, cooperomania, jogo de bet's, guerra dos sexos, alongamento, vôlei, entre outros.

Concomitantemente, a programação seguiu com a



abertura da V Mostra de Fotos, Documentos e Equipamentos antigos. Como nos anos anteriores, devido à colaboração dos filiados e da direção da CRE, a exposição foi um sucesso. Fotos e documentos inusitados puderam ser observados pelos participantes, que escolhiam aqueles que mais os agradavam. Os vencedores deste ano fo-

ram: na categoria fotografia uma foto de 1935, que retrata os fiscais, todos uniformizados, do serviço externo da Inspetoria de Rendas de Antonina, cedida por Edno Aramys Costa Cortes. Já na categoria documentos antigos, o Registro de Imposto Territorial do Município de Mallet de 1916 e 1917, cedido pela 4ª DRR-União da Vitória.



Show pirotécnico é uma das grandes surpresas da abertura do evento



Carro de fiscalização em exposição para os participantes da festa

Van de fiscalização volante

Com a intenção de trazer ainda mais novidade a essa décima terceira edição do evento, a diretoria executiva do Affep Sindical solicitou à direção da CRE que uma Van de Fiscalização Volante ficasse em exposição durante o sábado para que os participantes pudessem conhecer os atuais equipamentos de trabalho da Receita Estadual do Paraná. Atendendo ao pedido, gentilmente, o colega auditor fiscal da 1ª DRR, Sérgio Luiz de Oliveira Franco, ficou à disposição



no evento para demonstrar todas as novidades e modernidades do veículo. Os participantes, principalmente os aposentados, puderam conhecer as tecnologias atuais e aproveitaram para contar e relembrar suas histórias de trabalho da sua época no Fisco, além de dividir experiência com o demonstrador. O encontro de gerações proporcionou um momento gratificante de antigas recordações.



Para fechar o evento, muitas risadas com "Os Tridimensionais"

Noite em Acapulco

À noite, aconteceu o tão esperado baile "Uma Noite em Acapulco" tendo como tema o estilo e sonoridade mexicanos, além da decoração do ambiente. Para receber os convidados, os funcionários do Affep Sindical se fantasiaram de mexicanos com chapéus e ponchos e durante a festa dois tequileiros, com roupas típicas e chapéus bordados, fizeram a diversão dos presentes caracterizando ainda mais a noite animada pela Banda Reflexo.

Bingo

No domingo, um dos eventos mais esperados: o bingo e a premiação dos

vencedores. Realizado na tenda, o bingo contou com a presença de muitos jogadores ansiosos para ganhar os diversos prêmios ofertados, incluindo um som com CD, walkman, mala de viagem, etc. Parte do que foi arrecadado, com a venda de cartelas, foi revertido para a entidade Só Vida de Curitiba, que atende os portadores carentes do vírus HIV.

Encerramento

Para encerrar o evento, o presidente do Affep Sindical, Yukiharu Hamada, agradeceu a participação de todos e o trabalho incansável dos funcionários do Sindicato. Aproveitou para convidar todos os presentes para participarem do EFA 2004, lembrando que será o último da atual diretoria executiva. Na seqüência, iniciou-se a premiação dos vencedores, seguida de dois shows musicais: primeiramente um com um trio cômico "Os Tridimensionais" e depois, Teclado e Voz com o cantor Ricardo.

Momento literário



Além de muita diversão e atividades, o EFA ainda deu espaço para a Literatura. Isso mesmo, o colega auditor fiscal aposentado, Luiz Celso de Matos, disponibilizou a venda do livro "Mega Cena", obra de sua autoria, e ainda autografou os exemplares vendidos.



Tequileiros animam e climatizam a noite mexicana



Banda Reflexo agita a festa na "Noite em Acapulco"

Entrevistas



"Toda organização é muito boa, eu só incluiria um espaço para que pudéssemos contar nossas histórias e experiências. Seria muito bom. Quanto ao EFA, eu considero uma das coisas mais importantes da minha vida. Afinal, aqui posso reencontrar meus antigos colegas... isso vale muito a pena!"

João Henrique de Paiva, Ivaiporã-PR

"Esse encontro é perfeito para a diversão da terceira idade. Aqui, a gente pode rever nossos colegas, conhecer muita gente e se divertir com as festas e atrações. Eu gosto muito de vir..."

Anita Paschoalino, Curitiba-PR



"O Encontro dos Fiscais aposentados é uma ótima oportunidade para congregarmos a família, encontrar os colegas e fazer novos amigos. Acredito que só está faltando algo ecumênico na programação. Algo como uma missa, um culto religioso".

Dirceu Rocha, Curitiba-PR

"Esse foi o primeiro Encontro dos Fiscais Aposentados que participamos e ficamos encantadas. Achamos todas as atividades maravilhosas, fizemos novos amigos, nos distraímos, aprendemos coisas novas. Foi muito bom."

Odete de Souza e Teresinha de Souza, Maringá -PR



"O EFA é um ótimo e agradável momento de confraternização. Além disso, tem uma programação bem animada com atividade pra todo mundo se divertir, pra mim, minhas netas... é ótimo. As surpresas deste ano foram maravilhosas, adorei o show pirotécnico."

Oswaldo Garcia, Londrina-PR



Confira quem são os vencedores deste ano

SÓCIOS

Modalidade	Campeão	Vice
Bocha	Reginaldo J. Ribas e Sebastião Pinheiro	Alvir Cordeiro e José Carvalho
Truco	Eduardo G. dos Anjos e Alvir Cordeiro	Renor Rinaldim e Luiz Celso de Matos
Escopa	Sigfried Thim e Jerônimo Puchalski	Lilian B. de Lara e Eloyna da Costa Riekens
Dominó	Geny Landolfi e Ailton B. Vieira	Sebastião Pinheiro e Sueli do Rocio Kuss
Sinuca	Orlando Belin	Antonio Moreira
Tranca ind.	Eloyna da Costa Riekens	Hermenegildo Furlanetto

ACOMPANHANTES

Modalidade	Campeão	Vice
Bocha	Eliane Sdroeiwiski e Inácio Lonchiati	Mauro Motta e Maria Elsa da Fonseca
Truco	Nelson Kubinski e Reinaldo L. Garcia	Ana Paula Rocha e Osvaldo Tadeu Vieira
Dominó	Luis Felipe e Jéssica Sanches	Sônia e Daniele
Sinuca	Nelson Krubniski Filho	Pedro Astuti
Tranca	Miriam Mariza de Lara Costódio	Edna G. dos Anjos e Vilma R. dos Anjos

SÓCIOS E ACOMPANHANTES

Modalidade	Campeão	Vice
Futebol	Mesquita, Laertes, Oton, James, Marcelo Henrique, Compadre, Ivan, Nelson, Edno, Luiz, Lourival e Nilton.	Mauro, Carlito, Nilson, Nogueira, Euzébio, Reinaldo, Altevir, Rodrigo, Mateus, Thiago, Daniel e Luiz Felipe.

1º ARTILHEIRO DO CAMPEONATO DE FUTEBOL: MESQUITA

2º ARTILHEIRO DO CAMPEONATO DE FUTEBOL: EUZÉBIO

Data especial

No dia 23 de outubro, o filiado auditor fiscal aposentado, Leovegildo Avelleda, completou 100 anos de vida.

Por concurso público, na década de 50, ingressou no quadro de fiscais da Receita Estadual do Paraná e trabalhou em Jacarezinho, Paranavaí e em Curitiba, ocupando cargos de chefia por diversas vezes.

Em toda a sua trajetória de trabalho, sempre exerceu seus cargos com honestidade e integridade. Em 1974, se aposentou.

Além disso, educou seus quatro filhos de forma exemplar, com muita sabedoria, dando sempre o exem-



Filiado completa 100 anos de idade

plo da melhor conduta.

Agora, completou um século de realizações sendo que grande parte da sua vida profissional foi em pro do Estado do Paraná.

O Affep Sindical, em nome de toda classe fiscal, deseja ao mais experiente dos nossos filiados um Feliz Aniversário e muita saúde.

Rolo compressor do Governo aprova Reforma da Previdência

O Governo Federal numa atitude opressora e autoritária aprovou dia 23/07, o texto da Reforma da Previdência na Comissão Especial de Mérito da Câmara dos Deputados.

A discussão da matéria estava programada para a quinta-feira, dia 24/07, e por esta razão o Fórum Nacional dos Servidores Públicos contra a Reforma da Previdência convocou para esta data, todas as lideranças das entidades que o integram para definir estratégias de mobilização, estabelecer uma agenda unificada, organizar ações conjuntas nas esferas federal, estadual e municipal e por fim, para se preparar para a marcha dos 100 mil servidores em Brasília, que ficou marcada para o dia 06 de agosto.

Ciente da convocação e preocupado com o efeito da mesma sobre o posicionamento dos deputados da Comissão Especial, o Governo articulou a antecipação da discussão para a quarta-feira e planejou um grande esquema de segurança no Congresso Nacional. Com a antecipação, as entidades convocadas decidiram realizar um ato público no Congresso durante a discussão da Reforma da Previdência que estava marcada para às 9h30.

Na quarta-feira, o Congresso amanheceu "fechado" pelos seguranças da Casa e só foi permitida a entrada de parlamentares e funcionários devidamente identificados, aqueles que não portavam as suas credenciais e os demais cidadãos foram todos barrados na entrada.

Os cidadãos e as lideranças das entidades sindicais que se direcionaram para a Câmara dos Deputados foram impedidos de entrar, aglomerando-se na entrada do Anexo II.

Cientes da situação, a diretoria executiva do Affep Sindical, depois de uma pequena dificuldade inicial, entrou no Congresso Nacional através do

Senado Federal e foi para o plenário das comissões n.º 02 na Câmara dos Deputados, onde ocorreria a reunião da Comissão Especial da Reforma da Previdência. Para isso teve de vencer mais 3 barreiras internas da segurança.

Às 9h, a diretoria do Sindicato chegou até a porta de entrada do plenário n.º 02, mas essa estava fechada pela segurança, que só permitia a entrada de assessores e funcionários dos deputados da base aliada ao Governo, os quais foram requisitados para ocuparem os lugares disponíveis ao público. Alegando que, a falta de lugar justificava o fato de estarem negando a entrada dos cidadãos na reunião.

Assim, essa histórica sessão da Comissão Especial da Reforma Previdenciária teve início às 9h30 na Câmara dos Deputados e todas as pessoas interessadas no assunto, as lideranças das entidades sindicais e demais cidadãos foram mantidos fora do prédio do Congresso Nacional durante a sessão.

A Fenafisco representada pela sua diretoria, pelos diretores e presidentes de todos os sindicatos dos Fiscos Estaduais, num total de mais de 30 pessoas, também ficaram de fora. Os diretores do Affep Sindical ainda passaram algumas informações sobre o que acontecia lá dentro ao grupo da Fenafisco.

Os deputados da oposição, cientes do que estava ocorrendo, protestavam e usavam todos os meios regimentais e políticos para retardar e adiar aquela sessão. As pessoas foram se aglomerando do lado de fora e por volta do meio-dia, quando havia mais de 600 pessoas proibidas de entrar, a tropa de choque da Polícia Militar do Distrito Federal foi convocada pelo presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, para reforçar a segurança e garantir "que o povo ficasse do lado de fora do prédio do Congresso Nacional". Daí em diante aconteceu o que todos nós assistimos nas

televisões e lemos nos jornais.

Foram encaminhados 10 requerimentos de adiamento da sessão e tiveram de ser discutidos e votados todos eles, tendo sido todos rejeitados.

A Comissão começou a discutir o relatório do Projeto de Emenda Constitucional somente após às 16h. Conforme os deputados da base aliada ou da oposição foram se manifestando, ao longo da reunião, contrários à reforma, ou contrários à forma que estava sendo realizada aquela sessão ou ainda, contrários à maneira com que o Governo Federal está conduzindo esse projeto de reforma, a "tropa de choque do palácio do planalto" pressionava os partidos a substituírem esses parlamentares.

De um total de 38 membros da Comissão, em torno

de 15 foram substituídos pelos partidos ao longo do tempo, sendo 7 ou 8 somente durante a sessão de quarta-feira, dia 23/07. É vergonhoso constatar o êxito deste tipo de pressão que fere profundamente o regime democrático. Qual será a poderosa moeda de troca do Governo do Presidente Lula que faz os partidos, inclusive os da oposição, cederem aos seus pedidos?

Das 17h30 até às 19h, a reunião foi suspensa para acontecer a sessão diária do plenário principal da Câmara dos Deputados. Por volta das 20h, estava aprovado o relatório na íntegra da Reforma na Comissão Especial e rejeitadas todas as emendas e os destaques que os deputados propuseram.

Em apenas 2h30 (das 16h às 17h30 e das 19h às 20h)

foram discutidos, votados e aprovados ou rejeitados o relatório com mais de 500 páginas, inúmeras emendas apresentadas e diversos destaques requeridos sobre o Sistema de Previdência Social do país que afeta a grande maioria de uma população de mais 170 milhões de pessoas.

Como votaram os deputados

Veja quais foram os deputados do Paraná que votaram contra os servidores e a favor do Governo no segundo turno da PEC 40:

Votaram sim:

Affonso Camargo (PSDB)
Alex Canziani (PTB)
André Zacharow (PDT)
Assis Miguel do Couto (PT)
Cezar Silvestri (PPS)
Chico da Princesa (PL)
Colombo (PT)
Dilceu Sperafico (PP)
Dr. Rosinha (PT)
Dra. Clair (PT)
Giacobo (PL)
Gustavo Fruet (PMDB)
Hermes Parcianello (PMDB)
Iris Simões (PTB)
José Borba (PMDB)
José Carlos Martinez (PTB)
José Janene (PP)
Max Rosenmann (PMDB)
Moacir Micheletto (PMDB)
Nelson Meurer (PP)
Odílio Balbinotti (PMDB)
Oliveira Filho (PL)
Osmar Serraglio (PMDB)
Paulo Bernardo (PT)
Max Rosenmann (PMDB)
Moacir Micheletto (PMDB)
Nelson Meurer (PP)
Odílio Balbinotti (PMDB)
Oliveira Filho (PL)
Osmar Serraglio (PMDB)
Paulo Bernardo (PT)
Selma Schons (PT)
Takayama (PMDB)

Votaram não:

Abelardo Lupion (PFL)
Eduardo Sciarra (PFL)
Luiz Carlos Haully (PSDB)
Ricardo Barros (PP)

Como votaram os senadores

Confira quais foram os senadores que votaram a favor do parecer do relator da reforma da Previdência, senador Tião Viana (PT/AC), na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

O relator manteve o texto aprovado na Câmara dos Deputados rejeitando as 321 emendas apresentadas, na votação na CCJ que ocorreu na madrugada do dia 25/09, registrou 14 votos favoráveis e sete contrários.

Votaram a favor do parecer do relator - 14 Votos

Aloísio Mercadante	PT/SP
Amir Lando	PMDB/ RO
Ana Júlia Carepa	PT /PA
Antônio Carlos Valadares	PSB /SE
Fernando Bezerra	PTB/ RN
Garibaldi Alves Filho	PMDB/ RN
João Batista Mota	PPS/ ES
José Maranhão	PMDB /PB
Magno Malta	PL /ES
Marcelo Crivella	PL/ RJ
Pedro Simon	PMDB/ RS
Renan Calheiros	PMDB/ AL
Romero Jucá	PMDB/ RR
Tião Viana	PT /AC

Votaram contra o parecer do relator - 07 Votos

Álvaro Dias	PDT /PR
Antônio Carlos Magalhães	PFL/ BA
Arthur Virgílio	PSDB /AM
César Borges	PFL/ BA
Demóstenes Torres	PFL /GO
José Jorge	PFL/ PE
Tasso Jereissati	PSDB/ CE

A nova Previdência

Como é hoje	Como ficará (segundo texto aprovado pela Câmara)	Como é hoje	Como ficará (segundo texto aprovado pela Câmara)
<p>Atuais Servidores Ativos</p> <p>Critério para aposentadoria - Os servidores ingressos antes de 16/12/1998 podem se aposentar ao completar 53 anos de idade e 35 anos de contribuição (mais pedágio de 20% sobre o tempo que faltava naquela data para completar o tempo de contribuição), se homem, e aos 48 anos de idade e 30 anos de contribuição (mais pedágio), se mulher. Em ambos os casos, é necessário ter cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria</p> <p>Teto para aposentadoria - A Constituição estabelece como teto a maior remuneração do ministro do Supremo Tribunal Federal definida em lei conjunta dos três Poderes. No entanto, não houve acordo para apresentação do projeto de lei</p> <p>Aposentadoria proporcional - Os servidores ingressos antes de 16/12/1998 podem se aposentar ao completar 53 anos de idade e 30 anos de contribuição (mais pedágio de 40% sobre o tempo que faltava naquela data para completar o tempo de contribuição), se homem, e aos 48 anos de idade e 25 anos de contribuição (mais pedágio), se mulher. Em ambos os casos, é necessário ter cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria</p> <p>Abono de permanência - Existe isenção da contribuição previdenciária para os servidores ingressos antes de 16/12/1998 que completarem as condições para aposentadoria, mas resolverem permanecer trabalhando. A isenção se mantém até que os servidores completem 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher.</p> <p>Integralidade e paridade - O valor dos benefícios é o último salário da ativa e a correção é feita sempre na mesma data e pelo mesmo índice do reajuste dos servidores da ativa</p> <p>Subteto para Judiciário Estadual - Não existe na prática</p>	<p>Mantém a possibilidade desses servidores se aposentarem com essa idade. Porém, será aplicado redutor de 5% por ano antecipado em relação à idade de referência (60 anos, homens, e 55 anos, mulheres) e o cálculo de benefício será feito pela média das contribuições, como já ocorre no Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo INSS. Os servidores que atingirem o direito à aposentadoria nos anos de 2004 e 2005 terão esse redutor diminuído para 3,5% para cada ano de antecipação</p> <p>Fixa como teto de aposentadorias no setor público a maior remuneração do ministro do Supremo Tribunal Federal (R\$ 17.170)</p> <p>Prevê direito adquirido à aposentadoria proporcional. E extingue essa possibilidade para os servidores ingressos antes de 16/12/1998</p> <p>Cria abono equivalente à contribuição previdenciária (11% do salário) para os servidores que têm direito adquirido e decidam permanecer em atividade até a aposentadoria compulsória (70 anos)</p> <p>Mantidas para quem tem direito adquirido às regras atuais. Para os demais, não vale mais como regra geral. Será concedida, excepcionalmente, apenas como prêmio, para os atuais servidores que trabalharem até os 60 anos de idade, com 35 anos de contribuição (homens) ou 55 anos de idade, com 30 anos de contribuição (mulheres). Em ambos os casos, será preciso contar 20 anos no serviço público, 10 anos na carreira e 5 anos no cargo. Os critérios da paridade serão definidos em lei ordinária</p> <p>Fixa o limite em 90,25% da remuneração de ministro do STF, o que imporá reduções salariais de até R\$15 mil para alguns desembargadores estaduais</p>	<p>Trabalhadores do INSS</p> <p>Teto de benefícios e de contribuições é R\$ 1.869,34</p> <p>Futuros Pensionistas</p> <p>Os benefícios são pagos com valores integrais tendo como base a remuneração do servidor da ativa ou a aposentadoria do servidor inativo falecido</p> <p>Futuros Servidores</p> <p>Cálculo do benefício - Tem direito à aposentadoria integral com base no último salário do cargo</p> <p>Teto - Fixa teto de benefícios idêntico ao aplicado aos trabalhadores filiados ao Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo INSS, desde que criados os fundos de previdência complementar</p> <p>Fundo de pensão - Prevê que a criação dos fundos de pensão será regulamentada em lei complementar (PL 09). As entidades deverão ser, posteriormente, instituídas por lei específica</p>	<p>Teto de benefícios e de contribuições será elevado para R\$ 2.400,00, aumentando o grau de cobertura previdenciária para os trabalhadores</p> <p>Prevê lei que criará sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de um salário mínimo, o que pode beneficiar 18,7 milhões de trabalhadores sem previdência</p> <p>Benefícios de até R\$ 2.400 serão pagos na integralidade. Sobre a parcela que exceder os R\$ 2.400, será aplicado um desconto de 30%</p> <p>Considera a média das contribuições previdenciárias feitas durante o período trabalhado, nos mesmos moldes do que já ocorre no Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo INSS</p> <p>Fixa teto de benefícios em R\$ 2.400,00, idêntico ao que será aplicado aos trabalhadores filiados ao Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo INSS, desde que criados os fundos de previdência complementar</p> <p>Cria entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão), sem fins lucrativos e administrados paritariamente por servidores e entes públicos, para complementar a aposentadoria dos servidores. Os fundos serão de natureza pública e só terão planos de contribuição definida</p>
<p>Atuais Servidores Inativos e Pensionistas</p> <p>Contribuição Previdenciária Não há contribuição</p> <p>Direito Adquirido - Preserva direitos adquiridos, não impondo nenhum recálculo aos valores dos benefícios de aposentadoria e pensão</p>	<p>Na União, 11% sobre a parcela que exceder R\$ 1.440. Nos Estados, no DF e nos Municípios, 11% sobre a parcela que exceder R\$ 1.200, respeitando, assim, diferentes realidades salariais no setor público. A contribuição reforça o caráter contributivo e solidário do regime previdenciário</p> <p>Preserva direitos adquiridos, não impondo nenhum recálculo aos valores dos benefícios de aposentadoria e pensão</p>	<p>Próximos passos da Reforma da Previdência</p> <p>Enviada à Secretaria Geral do Senado no dia 10 de outubro, a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) deve ser lida em breve no plenário da Casa. Depois da leitura na Ordem do Dia, a proposta segue para publicação no Diário do Congresso. A partir de então, é preciso esperar mais cinco dias úteis para que a matéria entre em discussão no plenário. Com este inesperado atraso, o início das discussões sobre a emenda, previsto para 15/10, ficou para dia 21/10.</p> <p>E discutir, no Senado, não é votar. Durante cinco sessões os senadores apenas discutem a matéria. Neste prazo, são encaminhadas as emendas de plenário, que deverão retornar à CCJ para nova análise dos senadores.</p> <p>Durante a avaliação das emendas de plenário, para apresentar uma emenda são necessárias 27 assinaturas de senadores, o processo de avaliação do texto já aprovado fica suspenso. A partir daí, o relator Tião Viana (PT-AC) tem o prazo máximo de 30 dias para emitir um novo parecer sobre as emendas. Então, com as emendas aprovadas ou rejeitadas, a reforma da Previdência volta para a Ordem do Dia, já em votação. Vale lembrar que as emendas, que forem rejeitadas na CCJ, podem ser destacadas e votadas novamente em plenário.</p>	

Reforma da Previdência em perguntas e respostas

O texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2003 (nº 40 na Câmara), sobre a Reforma da Previdência, tem gerado muitas dúvidas. Dessa forma, com a intenção de melhor esclarecer a classe fiscal e demais leitores do Notifisco publicamos aqui algumas colocações sobre as regras de paridade, subteto, contribuição de inativo, pensão e transição, explanadas pelo diretor de Documentação DIAP, Antônio Augusto de Queiroz.

1. Como fica a situação de quem já está aposentado, está recebendo pensão ou já tem tempo suficiente para requerer o benefício? Estão protegidos pelo direito adquirido?

Sim, as três situações estão protegidas pelo direito adquirido em relação à paridade. Entretanto, os atuais aposentados e pensionistas irão pagar contribuição e, no caso dos aposentados que vierem a falecer na vigência das novas regras, haverá redutor na pensão de seus dependentes, conforme explicado em tópicos a seguir. Os servidores que já preencheram os requisitos para requerer aposentadoria proporcional e ainda não o fizeram, não precisam correr para se aposentar, porque poderão fazê-lo a qualquer tempo, sendo-lhes asseguradas as regras de concessão e de correção dos benefícios atuais. Enquanto não resolverem requerer o benefício, ficarão isentos da contribuição para a previdência. Só na hipótese de morte, ainda assim após estar aposentado, é que haverá o redutor na pensão. Se falecer antes de se aposentar, a pensão será integral.

2. Todos os servidores que preencheram ou vierem a preencher os requisitos para requerer aposentadoria (proporcional ou integral), mas decidirem continuar trabalhando, têm direito ao abono?

Sim, desde que tenham pelo menos 25 anos de contribuição. Assim, a única hipótese de não ser isento da contribuição seria a do servidor ou servidora com mais de 60 anos, de idade, no caso da mulher, ou mais de 65 anos de idade, no caso do homem, que podem se aposentar por idade, mas que contassem com os 25 anos de contribuição. Neste caso, mesmo podendo requerer aposentadoria, não teria direito ao abono na hipótese de continuar trabalhando. E isto é plenamente possível, já que a aposentadoria proporcional por idade, pelas regras atuais, exige apenas dez anos de serviço público.

3. Quem é que tem direito à

integralidade?

Todos os servidores que já preencheram os requisitos exigidos na emenda 20 ou vierem a preencher as exigências do art. 7º da PEC 40:

a. Os requisitos da Emenda 20 são os seguintes: a) 53 anos de idade, 35 anos de contribuição mais pedágio, e cinco anos no cargo, se homem, ou b) 48 anos de idade, 30 anos de contribuição mais pedágio e cinco no cargo, se mulher.

b. Os requisitos da PEC 40, artigo 7º, são os seguintes: i) 60 anos de idade, 35 anos de contribuição, 20 anos de serviço público, 10 na carreira e cinco no cargo, se homem, ou ii) 55 anos de idade, 30 anos de contribuição, 20 anos de serviço público, 10 na carreira e cinco no cargo, se mulher.

4. como ficam as aposentadorias proporcionais?

A aposentadoria proporcional (no sentido tradicional, com cinco anos a menos de trabalho em relação à integral) será extinta com a promulgação da nova emenda. Assim, quem ainda não preencheu seus requisitos ou não vier a preenchê-los até a promulgação da emenda, perde esse direito. A aposentadoria proporcional, após a promulgação da emenda, ficará limitada a três situações: a) aposentadoria compulsória, aos 70 anos, b) aposentadoria por idade, respectivamente aos 65 ou 60 anos, homem ou mulher, e c) aposentadoria com redutor de 5% por ano em relação à nova idade mínima (60 anos homem e 55 mulher), que será devida ao servidor com mais de 53 anos de idade, se homem, ou 48, se mulher, 35 anos de contribuição ou 30, acrescido de pedágio de 20% sobre o tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998, se do sexo masculino ou feminino, e cinco de efetivo exercício no cargo.

5. Todos os atuais servidores poderão se aposentar mais cedo, com o redutor?

Não. Apenas os que ingressaram no serviço público antes de 15/12/1998, data da promulgação da Emenda 20. Quem ingressou depois, só poderá requerer aposentadoria após completar 60 anos de idade, se homem, ou 55, se mulher, com as seguintes exigências: a) aposentadoria com cálculo pela média e sem paridade, após 30 ou 35 anos de contribuição, respectivamente mulher ou homem, dez anos no serviço público e cinco no cargo, b) aposentadoria integral, com paridade mitigada, após 30 ou 35 anos de contribuição, respectivamente mulher ou homem, 20 anos no serviço público, dez na carreira e cinco no cargo. Para requerer aposentadoria integral, com redutor, além de comprovar 35 anos

de contribuição ou 30, respectivamente homem ou mulher, e completar 10 anos de serviço público e cinco no cargo, ou aposentar-se integralmente.

6. Como fica a paridade?

Ela será devida somente aos atuais aposentados e pensionistas e aos atuais servidores que já preencheram os requisitos ou vierem a preencher para a aposentadoria proporcional ou integral até a data da promulgação da emenda.

7. Como ficarão os reajustes das aposentadorias e pensões dos atuais servidores que estarão sujeitos às novas regras?

Há duas hipóteses para os atuais. A primeira hipótese garante uma paridade mitigada, que consiste na "revisão na mesma proporção e na mesma data" da remuneração dos servidores em atividade, sem contudo estender benefícios, vantagens ou transformações e reclassificações de cargo ou funções. Ela é devida ao servidor homem que completar 60 anos de idade, 35 anos de contribuição, 20 anos de serviço público, 10 na carreira e cinco no cargo ou à mulher que tiver 55 anos de idade, 30 de contribuição, 20 na carreira e cinco no cargo. A segunda hipótese, aplicáveis aos servidores atuais que anteciparem a aposentadoria e aos futuros servidores, consiste no "reajustamento dos benefícios para preservar-lhe, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei". Ou seja, não há nenhuma garantia de índice ou critério de reajuste, já que dependerá de lei.

9. Como será o cálculo das aposentadorias dos atuais servidores sujeitos às novas regras?

Há duas situações. Se o servidor ficar até completar os requisitos do art. 7º da PEC 40 (homem: 60 anos de idade, 35 de contribuição, 20 de serviço público, 10 na carreira e cinco no cargo. E mulher: 55 anos de idade, 30 de contribuição, 20 no serviço público, 10 na carreira e cinco no cargo) terá direito à integralidade e, portanto, sua aposentadoria terá por base a última remuneração. Se, entretanto, o servidor resolver se aposentar com base nas regras do art. 2º da PEC 40, portanto antes de completar a nova idade mínima (homem: a partir dos 53 anos de idade, 35 de contribuição e mais pedágio de 20% sobre o tempo que faltava para completar o tempo de contribuição em 15/12/1998 e cinco no cargo, ou mulher: a partir dos 48 anos de idade, 30 de contribuição e mais pedágio de 20% sobre o tempo que

faltava para completar o tempo de contribuição em 15/12/1998 e cinco no cargo) o cálculo de seus proventos irá considerar as remunerações utilizadas como bases para as contribuições no regime geral (INSS) e no regime próprio (estatutário), resultando numa média.

10. Como fica a regra de transição?

A regra de transição é muito tímida e profundamente injusta para com o atual servidor. Ela permite que o servidor – que completar 53 anos de idade, se homem e 48, se mulher – desde que tenha 35 anos de contribuição no primeiro caso e 30 no segundo, além de cinco no cargo, possa requerer aposentadoria, mas institui um redutor. Para quem atingir o requisito da idade entre a promulgação da emenda e 31 de dezembro de 2005, o redutor sobre cada ano antecipado em relação à nova idade (60 anos para homem e 55 para mulher) será de 3,5% por ano antecipado. Já quem completar a idade da regra de transição somente a partir de janeiro de 2006, o redutor será de 5% em relação a cada ano antecipado.

11. E a contribuição de inativo, como fica?

Para os atuais aposentados e pensionistas, bem como para aqueles que já reuniram todos os requisitos para requerer aposentadoria proporcional ou integral, será cobrada contribuição na parcela do provento que exceda a 60% do teto do INSS, no caso dos servidores da União, e de 50%, no caso dos servidores estaduais e municipais. Assim, será cobrada a contribuição de 11% sobre a parcela do provento acima de R\$ 1.440,00, no caso da União, de R\$ 1.200,00, no caso de Estados e Municípios. Para os atuais servidores que vierem a se aposentar sob as novas regras, a contribuição incidirá sobre a parcela da remuneração que exceda a R\$ 2.400,00, que corresponderá ao novo teto do INSS.

12. Como ficará a pensão?

A pensão dos dependentes dos atuais aposentados, quando eles vierem a falecer, será integral até R\$ 2.400,00 (o novo teto do INSS), acrescida de 70% do restante do provento. Ou seja, haverá um redutor de 30% sobre a parcela do provento que exceder ao valor de R\$ 2.400,00. Para os atuais servidores com direito adquirido à aposentadoria, que vierem a falecer antes de requerer seu benefício, mesmo que a morte ocorra após a promulgação da emenda, seus dependentes terão direito à pensão integral. Já o atual servidor que venha a fa-

lecer antes de completar os requisitos para a aposentadoria deixará uma pensão integral até R\$ 2.400,00, acrescida de 70% da parcela da remuneração que exceda a esse valor.

13. Como fica a situação de servidor que fizer novo concurso público?

Muito provavelmente, a mudança de cargo, desde que não caracterize descontinuidade no serviço público, não deve prejudicar o servidor para efeito de aposentadoria, inclusive no que se refere à integralidade. Ele, portanto, não será submetido às novas regras, devendo apenas cumprir as exigências no novo cargo, que são de dez anos na carreira e cinco no cargo.

14. E o fundo de pensão será obrigatório? Qual é sua natureza?

Não, não há vinculação automática, nem para os atuais nem para os futuros servidores. Os futuros servidores, entendido como tal aqueles que ingressarem no serviço públicos após a criação do fundo, terão cobertura no regime próprio até o teto do INSS, ou até R\$ 2.400,00, podendo aderir ao fundo de pensão na parcela que excede a esse valor. Já os atuais servidores continuam contribuindo para a aposentadoria a totalidade de sua remuneração, só aderindo o fundo de pensão por livre e espontânea vontade, a partir de manifestação prévia e expressa. A natureza do fundo é pública, mas que outra natureza poderia ter um fundo cujo participante é servidor e seu patrocinador é um ente estatal? As demais regras sobre a estrutura e funcionamento da previdência complementar do servidor já está prevista na Lei Complementar nº 108/2000.

15. E quem aderir ao fundo de pensão, como fica sua situação?

No caso dos novos servidores, eles terão aposentadoria pelo regime próprio até R\$ 2.400,00 e a complementação será feita pelas reservas que conseguirem acumular no fundo, cujo plano de benefício será de contribuição definida. Será definida a alíquota de contribuição, que será paritária para o servidor e para o governo, no caso o patrocinador. Assim, a contribuição será igual e, portanto, para cada um real do servidor, o governo também contribuirá com um para o fundo. Já para os atuais servidores que aderirem ao fundo, sua aposentadoria terá as seguintes fontes: a) um valor relativo ao benefício diferido, proporcional ao tempo que contribuiu integralmente, que corresponderá ao tempo passado, b) um valor proporcional ao tempo que vier a contribuir com base no novo teto de R\$ 2.400,00.

ATO Nº 04/03

A diretoria executiva Estadual do Affep Sindical - Sindicato dos Agentes Fiscais da Receita Estadual do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 35, parágrafo 2º, do Estatuto Social,

RESOLVE:

Estabelecer tabela de preços e período para utilização da COLÔNIA DE FÉRIAS de Guaratuba:

1. ALTA TEMPORADA: conforme anexos I e II.

2. BAIXA TEMPORADA: Fiscal Filiado e Cotista - 21/12/03 a 28/12/03 e 27/02/04 a 28/12/04;

2.1 - apartamento: R\$ 25,00

2.2 - Chalé: R\$ 30,00

3. Reserva solicitada por terceiros e eventos, no mínimo de 10 apartamentos:

3.1 - Até 20 acomodações (100 pessoas), diária por apartamento R\$ 25,00;

3.2 - Mais de 20 acomodações (100 pessoas em diante), diária por apartamento R\$ 22,00

4. - Para entidades conveniadas com o Affep Sindical, será praticado preço dos Usuários Cotistas.

5. Este Ato entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Curitiba,

18 de agosto de 2003.

Yukiharu Hamada,

Presidente

ATO Nº 05/03

A diretoria executiva Estadual do Affep Sindical - Sindicato dos Agentes Fiscais da Receita Estadual do Paraná - , no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 35, parágrafo 2º, do Estatuto Social,

RESOLVE:

1. Fixar o valor da tabela de preços do HOTEL ROTA DO SOL em Guaratuba para a temporada de 2003/2004:

ALTA TEMPORADA

26/12/2003 a 29/02/2004

Apartamento luxo duplo R\$ 110,00 (valor da diária)

Pessoa adicional no apartamento - R\$ 30,00

ANO NOVO E CARNAVAL

Pacote de 5 diárias -

Apartamento luxo duplo - R\$ 750,00 (valor do pacote)

Pessoa adicional no apartamento - R\$ 135,00

BAIXA TEMPORADA

01/03/2004 a 25/12/2004

Apartamento luxo duplo 2ª a 5ª feira - R\$ 40,00 (valor do pacote)

Apartamento luxo duplo 6ª feira a domingo - R\$ 50,00 (valor do pacote)

Pessoa adicional no apartamento - R\$ 16,00

DESCONTOS

Fiscal Filiado - 50%

Cotista - 30%

Para grupos - Baixa Temporada e mínimo de 10 apartamentos - 10% mais acomodação da tripulação ou 10% mais 10% de comissão para a empresa.

ANEXO I

ALTA TEMPORADA - FISCAL (29.12.03 A 26.02.04)

Dias da semana	Período (entr. e saída)	Bloco B e C s/ garagem	Bloco B e C c/garagem	Dias
2ª a 2ª	29.12.03 a 05.01.04 Ano novo	220,00	265,00	7
3ª a 2ª	06.01.04 a 12.01.04	155,00	185,00	6
3ª a 2ª	13.01.04 a 19.01.04	155,00	185,00	6
3ª a 2ª	20.01.04 a 26.01.04	155,00	185,00	6
3ª a 2ª	27.01.04 a 02.02.04	155,00	185,00	6
3ª a 2ª	03.02.04 a 09.02.04	155,00	185,00	6
3ª a 2ª	10.02.04 a 16.02.04	155,00	185,00	6
3ª a 4ª	17.02.04 a 25.02.04 Carnaval	250,00	300,00	8

Dias da semana	Período (entr. e saída)	Bloco A s/gar.	Bloco A c/gar.	Chalé	Dias
3ª a 3ª	30.12.03 a 06.01.04 Ano novo	220,00	265,00	300,00	7
4ª a 3ª	07.01.04 a 13.01.04	155,00	185,00	220,00	6
4ª a 3ª	14.01.04 a 20.01.04	155,00	185,00	220,00	6
4ª a 3ª	21.01.04 a 27.01.04	155,00	185,00	220,00	6
4ª a 3ª	28.01.04 a 03.02.04	155,00	185,00	220,00	6
4ª a 3ª	04.02.04 a 10.02.04	155,00	185,00	220,00	6
4ª a 3ª	11.02.04 a 17.02.04	155,00	185,00	220,00	6
4ª a 5ª	18.02.04 a 26.02.04 Carnaval	250,00	300,00	340,00	8

ANEXO II

ALTA TEMPORADA - COTISTA (29.12.03 A 26.02.04)

Dias da semana	Período (entr. e saída)	Bloco B e C s/ garagem	Bloco B e C c/garagem	Dias
2ª a 2ª	29.12.03 a 05.01.04 Ano novo	275,00	330,00	7
3ª a 2ª	06.01.04 a 12.01.04	210,00	250,00	6
3ª a 2ª	13.01.04 a 19.01.04	210,00	250,00	6
3ª a 2ª	20.01.04 a 26.01.04	210,00	250,00	6
3ª a 2ª	27.01.04 a 02.02.04	210,00	250,00	6
3ª a 2ª	03.02.04 a 09.02.04	210,00	250,00	6
3ª a 2ª	10.02.04 a 16.02.04	210,00	250,00	6
3ª a 4ª	17.02.04 a 25.02.04 Carnaval	250,00	300,00	8

Dias da semana	Período (entr. e saída)	Bloco A s/gar.	Bloco A c/gar.	Chalé	Dias
3ª a 3ª	30.12.03 a 06.01.04 Ano novo	275,00	330,00	370,00	7
4ª a 3ª	07.01.04 a 13.01.04	210,00	250,00	290,00	6
4ª a 3ª	14.01.04 a 20.01.04	210,00	250,00	290,00	6
4ª a 3ª	21.01.04 a 27.01.04	210,00	250,00	290,00	6
4ª a 3ª	28.01.04 a 03.02.04	210,00	250,00	290,00	6
4ª a 3ª	04.02.04 a 10.02.04	210,00	250,00	290,00	6
4ª a 3ª	11.02.04 a 17.02.04	210,00	250,00	290,00	6
4ª a 5ª	18.02.04 a 26.02.04 Carnaval	315,00	375,00	420,00	8

Para Terceiros - 10% acima de 5 diárias e para uma pessoa no apartamento.

Os descontos não são cumulativos

2. O adicional será cobrado para crianças com idade acima de 6 anos.

3. Este Ato entra em vigor nesta data, ficando

revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de agosto de 2003.

Yukiharu Hamada

Presidente

Programa Sindicato Cidadão

Projeto Sentido da Vida forma alfabetizadores

O programa de voluntariado Sindicato Cidadão do Affep Sindical fez mais uma campanha solidária. Depois da realização de diversos eventos filantrópicos, vários bingos beneficentes, arrecadações de alimentos e agasalhos, o Projeto Sentido da Vida em parceria com o projeto Mutirão das Letras da Prefeitura de Curitiba, contribuiu para que cidadãos se tornassem alfabetizadores.

Líderes comunitários, profissionais da educação

e representantes do Projeto Sentido da Vida procuraram voluntários, os quais foram auxiliados em um curso que os capacita a desenvolver o processo de alfabetização para adultos.

O Projeto que ajuda entidades e pessoas carentes desde abril do ano passado, contou com a participação de 50 alunos no curso que aconteceu nos dias 11,13,18 e 20 de agosto. Entre os voluntários dispostos a ajudar, estiveram pessoas de diferentes formações: auditores fiscais, missionários, médicos, do-

nas-de-casa, professoras, etc.

Os quatro encontros de capacitação foram uma troca de ensinamentos: de um lado se aprendia como ajudar aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar e de outro se mostrava como são as pessoas dispostas e interessadas em ser solidárias.

Ciente da importância do evento, a Rede Paranaense de Televisão (Rede Globo) fez a cobertura da última aula do curso, entrevistando alguns organizadores e participantes. A co-



Futuros alfabetizadores atentos à última aula do curso

ordenadora do projeto Maria Rocio Geraldí concedeu uma entrevista ao vivo, no

dia 8 de setembro, no jornal Bom Dia Paraná, onde a matéria foi veiculada.

Sindicato participa da II Mostra de ação voluntária

Nos dias 30 e 31 de agosto, no Moimho Novo Rebouças, entidades, empresas, instituições sociais, universidades e o Governo estiveram reunidas em uma grande mostra para expor o que estão fazendo para melhorar a realidade social de Curitiba e Região Metropolitana.

Dentre os projetos apresentados, estava o Affep Sindical que foi convidado para mostrar o trabalho desenvolvido pelo Projeto Sentido da Vida, que atende entidades carentes, além de incentivar pessoas a serem mais solidárias.

Durante o dia, o stand do Affep Sindical foi visitado por autoridades entre outras pessoas interessadas as quais se surpreenderam com o programa Sindicato Cidadão desenvolvi-

do pela entidade.

O programa que já completou seu primeiro ano de muito sucesso, conta com o

esforço de voluntários do Sindicato, sob a supervisão da coordenadora Maria do Rocio Geraldí.



Affep Sindical expõe todas as atividades do Programa Sindicato Cidadão



Campanha literária e solidária no Dia das Crianças

Diffundindo a idéia de que "o livro é um eterno brinquedo", o Projeto Sentido da Vida lançou uma educativa e solidária campanha para o Dia das Crianças: a Arrecadação de Livros de Literatura Infantil e Juvenil para serem doados às Organizações Sociais sem fins lucrativos.

Pensando em incentivar a leitura, facilitar o acesso à cultura e presentear uma criança com um brinquedo que permanecerá para sempre em sua memória e no seu coração, os voluntários prepararam materiais de divulgação e realizaram visitas incentivando a participa-

ção.

Graças à colaboração de todos da SEFA/CRE, 1ª DRR e Affep Sindical, a campanha foi um sucesso arrecadando 402 livros infanto-juvenis e 2 coleções com 10 volumes cada. Os livros foram doados para a Creche Amar e a Casa Joana D'Arc, permitindo às duas entidades, as quais já valorizam a prática de leitura das suas crianças, a expandirem o acervo das suas bibliotecas.



422 livros são arrecadados na Campanha do Dia das Crianças



Aproveite: está chegando a alta temporada 2003/2004

A Colônia de Férias do Affep Sindical em Guaratuba é o lugar ideal para quem quer passar suas férias de maneira relaxante e divertida.

Com uma infra-estrutura excelente, a Colônia oferece apartamentos e chalés confortáveis, um ótimo restaurante, quadra poliesportiva, cancha de

bocha e de malha, salas de carteadado e sinuca, além de duas lindas piscinas com escorregador e toboágua.

Além disso tudo, uma equipe de recreacionistas se encontra a sua disposição para tornar sua estadia muito mais animada. Com eles suas férias terão uma programação criativa com atividades esportivas: jogos de

bet's, vôlei, futebol, noites super agitadas: com festas, dança, entre muitas outras coisas.

Garanta sua vaga e faça já sua reserva!

Fone: (41) 221-5310 - Rua: Alferes Ângelo Sampaio, 1793, Batel, Curitiba-PR -CEP.: 80420-160. Mais informações sobre preços e períodos:

www.affepsindical.com.br

Fique sabendo o que você pode alugar na Colônia de Férias:

Objetos	Valor diária	Valor 5 dias
Guarda-sol	2,00	7,00
Cadeira de praia	2,00	5,00
1 guarda-sol e 2 cadeiras	5,00	17,00

Hotel Rota do Sol é revitalizado

Para recepcionar os veranistas da alta temporada 2004 em Guaratuba, a diretoria executiva do Affep Sindical fez investimentos no Hotel Rota do Sol.

Com o telhado renovado e o restaurante superior forrado, o estabelecimento ganhou nova aparência ficando mais bonito e confortável.

Somado a essa benfeitoria,

os equipamentos e utensílios da cozinha do restaurante foram renovados. Recentemente, foi feita a troca completa dos azulejos das piscinas e construídos quiosques à beira-mar.

O Sindicato planeja ainda, reformar os banheiros dos apartamentos e refazer o portão de entrada.

Todas essas melhorias têm como objetivo proporcionar maior conforto e segurança

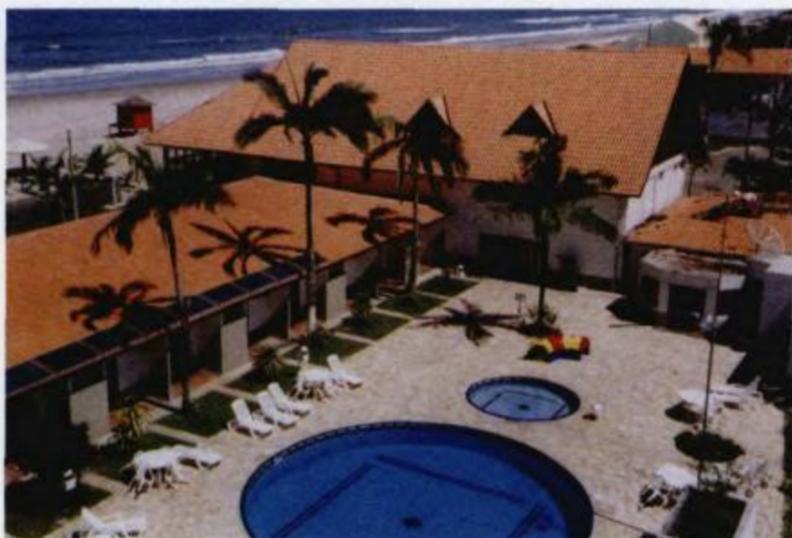
aos hóspedes do Hotel Rota do Sol.

Faça sua reserva e venha conferir as novidades!

Reservas: (41) 443-1313 - Rua Visconde do Rio Branco, 2995, Guaratuba-PR

Maiores informações, visite nosso site:

www.affepsindical.com.br



Hotel está ainda mais bonito para a temporada



Recepção do Hotel Rota do Sol

Veja o que você pode alugar no Hotel Rota do Sol

Objetos	Valor diária
Guarda-sol	3,00
Cadeira de praia	3,00
Toalha de praia	1,00